



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO: Contratação de empresa especializada no **fornecimento de mudas de árvores, grama, substrato agrícola e tutores de madeira** para reflorestamento urbano para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico/Fundo Municipal de Meio Ambiente, do município de Ribas do Rio Pardo/MS.

1.1. Os objetos deverão atender as especificações mínimas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.
1	MUDA DE ESCOVA-DE-GARRAFA BRANCA , NOME CIENTÍFICO: CALLISTEMON CITRINUS; COM MEDIDA RECOMENDADA DE 1,40M À 1,80M, COM TORRÕES DEFINIDOS, FOLHAS ESTRUTURADAS, VERDES E VIÇOSAS.	Unidade	240
2	MUDA DE ESCOVA-DE-GARRAFA VERMELHA , NOME CIENTÍFICO: CALLISTEMON CITRINUS; COM MEDIDA RECOMENDADA DE 1,40M À 1,80M, COM TORRÕES DEFINIDOS, FOLHAS ESTRUTURADAS, VERDES E VIÇOSAS.	Unidade	240
3	MUDA DE IPÊ-MIRIM , NOME CIENTÍFICO: TECOMA STANS; COM MEDIDA RECOMENDADA DE 1,40M À 1,80M, COM TORRÕES DEFINIDOS, FOLHAS ESTRUTURADAS, VERDES E VIÇOSAS.	Unidade	240
4	MUDA DE LIGUSTRO , NOME CIENTÍFICO: LIGUSTRUM LUDICUM; COM MEDIDA RECOMENDADA DE 1,40M À 1,80M, COM TORRÕES DEFINIDOS, FOLHAS ESTRUTURADAS, VERDES E VIÇOSAS.	Unidade	240
5	MUDA DE ALDAGRO , NOME CIENTÍFICO: PTECORCARPUS VIOLACEUS; COM MEDIDA RECOMENDADA DE 1,40M À 1,80M, COM TORRÕES DEFINIDOS, FOLHAS ESTRUTURADAS, VERDES E VIÇOSAS.	Unidade	240
6	MUDA DE PATA-DE-VACA BRANCA , NOME CIENTÍFICO: BAUHINIA VARIEGATA; COM MEDIDA RECOMENDADA DE 1,40M À 1,80M, COM TORRÕES DEFINIDOS, FOLHAS ESTRUTURADAS, VERDES E VIÇOSAS.	Unidade	360
7	MUDA DE PATA-DE-VACA ROSA , NOME CIENTÍFICO: BAUHINIA VARIEGATA; COM MEDIDA RECOMENDADA DE 1,40M À 1,80M, COM TORRÕES DEFINIDOS, FOLHAS ESTRUTURADAS, VERDES E VIÇOSAS.	Unidade	360
8	MUDA DE QUARESMEIRA , NOME CIENTÍFICO: TIBOUCHINA GRANULOSA; COM MEDIDA RECOMENDADA DE 1,40M À 1,80M, COM TORRÕES DEFINIDOS, FOLHAS ESTRUTURADAS, VERDES E VIÇOSAS.	Unidade	240



9	MUDA DE AROEIRA-PIMENTA , NOME CIENTÍFICO: SCHINUS TEREBINTHIFOLIA; COM MEDIDA RECOMENDADA DE 1,40M À 1,80M, COM TORRÕES DEFINIDOS, FOLHAS ESTRUTURADAS, VERDES E VIÇOSAS.	Unidade	300
10	MUDA DE ÁRVORE-DA-CHINA , NOME CIENTÍFICO: KOELREUTERIA BIPINNATA; COM MEDIDA RECOMENDADA DE 1,40M À 1,80M, COM TORRÕES DEFINIDOS, FOLHAS ESTRUTURADAS, VERDES E VIÇOSAS.	Unidade	120
11	MUDA DE SANGRA D'ÁGUA , NOME CIENTÍFICO: CROTON URUCURANA; COM MEDIDA RECOMENDADA DE 1,40M À 1,80M, COM TORRÕES DEFINIDOS, FOLHAS ESTRUTURADAS, VERDES E VIÇOSAS.	Unidade	240
12	MUDA DE GUATAMBU-DO-CERRADO , NOME CIENTÍFICO: ASPIDOSPERMA MACROCARPON; COM MEDIDA RECOMENDADA DE 1,40M À 1,80M, COM TORRÕES DEFINIDOS, FOLHAS ESTRUTURADAS, VERDES E VIÇOSAS.	Unidade	240
13	MUDA DE ANGELIM-DO-CERRADO (MORCEGUEIRA) , NOME CIENTÍFICO: ANDIRA CUIABENSIS; COM MEDIDA RECOMENDADA DE 1,40M À 1,80, COM TORRÕES DEFINIDOS, FOLHAS ESTRUTURADAS, VERDES E VIÇOSAS.	Unidade	240
14	MUDA DE ANGELIM , NOME CIENTÍFICO: ANDIRA SP; COM MEDIDA RECOMENDADA DE 1,40M À 1,80, COM TORRÕES DEFINIDOS, FOLHAS ESTRUTURADAS, VERDES E VIÇOSAS.	Unidade	240
15	MUDA DE CÁSSIA-ROSA , NOME CIENTÍFICO: CASSIA GRANDIS; COM MEDIDA RECOMENDADA DE 1,40M À 1,80, COM TORRÕES DEFINIDOS, FOLHAS ESTRUTURADAS, VERDES E VIÇOSAS.	Unidade	240
16	MUDA DE IPÊ BRANCO , NOME CIENTÍFICO: TABEBUIA RÓSEO-ALBA; COM MEDIDA RECOMENDADA DE 1,40M À 1,80, COM TORRÕES DEFINIDOS, FOLHAS ESTRUTURADAS, VERDES E VIÇOSAS.	Unidade	300
17	MUDA DE IPÊ ROSA , NOME CIENTÍFICO: TABEBUIA PENTAPHYLLA; COM MEDIDA RECOMENDADA DE 1,40M À 1,80, COM TORRÕES DEFINIDOS, FOLHAS ESTRUTURADAS, VERDES E VIÇOSAS.	Unidade	300
18	MUDA DE JACARANDÁ , NOME CIENTÍFICO: JACARANDA-CUSPIDIFOLIA; COM MEDIDA RECOMENDADA DE 1,40M À 1,80, COM TORRÕES DEFINIDOS, FOLHAS ESTRUTURADAS, VERDES E VIÇOSAS.	Unidade	300
19	MUDA DE IPÊ AMARELO , NOME CIENTÍFICO: TABEBUIA CHRYSOTRICHIA; COM MEDIDA RECOMENDADA DE 1,40M À 1,80, COM TORRÕES DEFINIDOS, FOLHAS ESTRUTURADAS, VERDES E VIÇOSAS.	Unidade	300



20	MUDA DE IPÊ ROXO , NOME CIENTÍFICO: TABEBUIA IMPETIGINOSA; COM MEDIDA RECOMENDADA DE 1,40M À 1,80, COM TORRÕES DEFINIDOS, FOLHAS ESTRUTURADAS, VERDES E VIÇOSAS.	Unidade	300
21	MUDA DE MAGNÓLIA-AMARELA , NOME CIENTÍFICO: MICHELIA CHAMPACA; COM MEDIDA RECOMENDADA DE 1,40M À 1,80, COM TORRÕES DEFINIDOS, FOLHAS ESTRUTURADAS, VERDES E VIÇOSAS.	Unidade	240
22	MUDA DE SIBIPIRUNA , NOME CIENTÍFICO: CAESALPINIA ECHINATA; COM MEDIDA RECOMENDADA DE 1,40M À 1,80, COM TORRÕES DEFINIDOS, FOLHAS ESTRUTURADAS, VERDES E VIÇOSAS.	Unidade	120
23	MUDA DE AROEIRA , NOME CIENTÍFICO: MYRACRODUN URUNDEUVA; COM MEDIDA RECOMENDADA DE 1,40M À 1,80, COM TORRÕES DEFINIDOS, FOLHAS ESTRUTURADAS, VERDES E VIÇOSAS.	Unidade	360
24	MUDA DE JEQUITIBÁ , NOME CIENTÍFICO: CARINIANA LEGALIS; COM MEDIDA RECOMENDADA DE 1,40M À 1,80, COM TORRÕES DEFINIDOS, FOLHAS ESTRUTURADAS, VERDES E VIÇOSAS.	Unidade	240
25	MUDA DE LOURO-PARDO , NOME CIENTÍFICO: CORDIA TRICHOTOMA; COM MEDIDA RECOMENDADA DE 1,40M À 1,80, COM TORRÕES DEFINIDOS, FOLHAS ESTRUTURADAS, VERDES E VIÇOSAS.	Unidade	120
26	MUDA DE COPAIBA , NOME CIENTÍFICO: COPAIFERA LANGSDORFFII; COM MEDIDA RECOMENDADA DE 1,40M À 1,80, COM TORRÕES DEFINIDOS, FOLHAS ESTRUTURADAS, VERDES E VIÇOSAS.	Unidade	240
27	MUDA DE MANDUVI , NOME CIENTÍFICO: STERCULIA STRIATA; COM MEDIDA RECOMENDADA DE 1,40M À 1,80, COM TORRÕES DEFINIDOS, FOLHAS ESTRUTURADAS, VERDES E VIÇOSAS.	Unidade	60
28	MUDA DE MERENDIBA , NOME CIENTÍFICO: TERMINALIA BRASILIENSIS; COM MEDIDA RECOMENDADA DE 1,40M À 1,80, COM TORRÕES DEFINIDOS, FOLHAS ESTRUTURADAS, VERDES E VIÇOSAS.	Unidade	60
29	MUDA DE PAU-FERRO , NOME CIENTÍFICO: CAESALPINIA FERREA; COM MEDIDA RECOMENDADA DE 1,40M À 1,80, COM TORRÕES DEFINIDOS, FOLHAS ESTRUTURADAS, VERDES E VIÇOSAS.	Unidade	120
30	MUDA DE FARINHA SECA , NOME CIENTÍFICO: ALBIZIA HASSLERII; COM MEDIDA RECOMENDADA DE 1,40M À 1,80, COM TORRÕES DEFINIDOS, FOLHAS ESTRUTURADAS,	Unidade	120



	VERDES E VIÇOSAS.		
31	MUDA DE GUARUPUVU , NOME CIENTÍFICO: SCHIZOLOBIUM PARAHYBA; COM MEDIDA RECOMENDADA DE 1,40M À 1,80, COM TORRÕES DEFINIDOS, FOLHAS ESTRUTURADAS, VERDES E VIÇOSAS.	Unidade	120
32	MUDA DE BURITI , NOME CIENTÍFICO: MAURITIA FLEXUOSA; COM MEDIDA RECOMENDADA DE 1,40M À 1,80, COM TORRÕES DEFINIDOS, FOLHAS ESTRUTURADAS, VERDES E VIÇOSAS.	Unidade	120
33	MUDA DE MACAÚBA , NOME CIENTÍFICO: ACROCOMIA ACULEATA; COM MEDIDA RECOMENDADA DE 1,40M À 1,80, COM TORRÕES DEFINIDOS, FOLHAS ESTRUTURADAS, VERDES E VIÇOSAS.	Unidade	120
34	MUDA DE BROMELIA – MÚLTIPLAS ESPÉCIES DE GRANDE PORTE – MUDA PARA PAISAGISMO URBANO, COM MEDIDA RECOMENDADA DE 0,30M, COM TORRÕES DEFINIDOS, FOLHAS ESTRUTURADAS, VERDES E VIÇOSAS	Unidade	240
35	MUDA DE ORELHA-DE-ELEFANTE , NOME CIENTÍFICO: ALOCASIA MACRORRHIZA; MUDA PARA PAISAGISMO URBANO, COM MEDIDA RECOMENDADA DE 0,30M, COM TORRÕES DEFINIDOS, FOLHAS ESTRUTURADAS, VERDES E VIÇOSAS.	Unidade	240
36	MUDA DE PACOVÁ , NOME CIENTÍFICO: PHILODENDRON MARTIANUM; MUDA PARA PAISAGISMO URBANO, COM MEDIDA RECOMENDADA DE 0,30 M, COM TORRÕES DEFINIDOS, FOLHAS ESTRUTURADAS, VERDES E VIÇOSAS.	Unidade	240
37	MUDA DE PHILODENDROS – MÚLTIPLAS ESPÉCIES; MUDA PARA PAISAGISMO URBANO, COM MEDIDA RECOMENDADA DE 0,30M, COM TORRÕES DEFINIDOS, FOLHAS ESTRUTURADAS, VERDES E VIÇOSAS.	Unidade	240
38	MUDA DE ORQUÍDEA-BAMBU , NOME CIENTÍFICO: ARUNDINA GRAMINIFOLIA OU ARUNDINA BAMBUSIFOLIA; MUDA PARA PAISAGISMO URBANO, COM MEDIDA RECOMENDADA DE 0,30M, COM TORRÕES DEFINIDOS, FOLHAS ESTRUTURADAS, VERDES E VIÇOSAS.	Unidade	360
39	MUDA DE MOREIAS , NOME CIENTÍFICO: DIETES IRIDIOÍDES; MUDA PARA PAISAGISMO URBANO, COM MEDIDA RECOMENDADA DE 0,30M, COM TORRÕES DEFINIDOS, FOLHAS ESTRUTURADAS, VERDES E VIÇOSAS.	Unidade	240
40	MUDA DE ÍRIS-DA-PRAIA , NOME CIENTÍFICO: NEOMARICA CANDIDA; MUDA PARA PAISAGISMO URBANO, COM MEDIDA RECOMENDADA DE 0,30 M, COM TORRÕES DEFINIDOS,	Unidade	300



	FOLHAS ESTRUTURADAS, VERDES E VIÇOSAS.		
41	MUDA DE COSTELA-DE-ADÃO , NOME CIENTÍFICO: MONSTERA DELICIOSA; MUDA PARA PAISAGISMO URBANO, COM MEDIDA RECOMENDADA DE 0,30M, COM TORRÕES DEFINIDOS, FOLHAS ESTRUTURADAS, VERDES E VIÇOSAS.	Unidade	240
42	MUDA DE CANNA-DO-BREJO , NOME CIENTÍFICO: CANNA GLAUCA; MUDA PARA PAISAGISMO URBANO, COM MEDIDA RECOMENDADA DE 0,30M, COM TORRÕES DEFINIDOS, FOLHAS ESTRUTURADAS, VERDES E VIÇOSAS.	Unidade	240
43	MUDA DE STRELITZIA , NOME CIENTÍFICO: STRELITZIA SP.; MUDA PARA PAISAGISMO URBANO, COM MEDIDA RECOMENDADA DE 0,30M, COM TORRÕES DEFINIDOS, FOLHAS ESTRUTURADAS, VERDES E VIÇOSAS.	Unidade	240
44	GRAMA, DA ESPÉCIE BATATAIS (PASPALUMNOTATUM) TAMBÉM CONHECIDA COMO GRAMA MATOGROSSO, GRAMÍNEA NATIVA PERTENCE À FAMÍLIA POACEAE, ESPÉCIE DAS GRAMÍNEAS DE FOLHAS LONGAS E ASPECTO BASTANTE VOLUMOSO, COR PREDOMINANTE VERDE CLARA	M ²	1000
45	TUTOR DE MADEIRA : RIPAS/SARRAFO DE MADEIRA (EUCALIPTO) MEDINDO 1,5CM X 5CM À 2,5CM X 5CM, COM MÍNIMO DE 3M DE COMPRIMENTO.	Unidade	30000
46	HIDROGEL : SUBSTRATO AGRÍCOLA (POTE 250 GRAMAS), CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS INÓCUO AO MEIO AMBIENTE E INODORO, APLICAÇÃO INCORPORADO AO SOLO OU SUBSTRATO, MATERIAL MONÔMEROS DE CARBONO LIGADOS POR PONTES DE HIDROGÊ, USO POLÍMERO RETENTOR DE ÁGUA, TIPO HIDROGEL SOLÚVEL EM ÁGUA	Pote	1000

2. DA JUSTIFICATIVA:

2.1. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, através do Fundo Municipal do Meio Ambiente, em face da necessidade de contratação de empresa especializada no fornecimento de mudas de árvores, grama batatais e insumos agrícolas para arborização dos canteiros centrais, praças, passeios públicos, e outros do município de Ribas do Rio Pardo/MS, objetivando expansão de arborização e paisagismo urbano.

2.2. Assim, a arborização vem como uma ferramenta e serviço público cuja finalidade principal é amenizar os impactos ambientais adversos devido as condições de artificialidade do meio urbano além dos aspectos ecológico, histórico, cultural, social, estético e paisagístico, que influenciam a sensação de conforto ou desconforto das pessoas.



2.3. A arborização é o ato de implantar árvores em vias públicas de modo que não cause conflito com outros componentes do meio urbano, como fiação da rede elétrica, meio fio, calçadas e postes. O paisagismo sempre estará atrelado aos serviços de arborização urbana, e este, por sua vez, visa melhorar a fisionomia do ambiente por meio da implantação de plantas ornamentais.

2.4. Além de ser considerada como uma estratégia para amenização de aspectos ambientais adversos, a arborização urbana é importante sob os aspectos ecológico, histórico, cultural, social, estético e paisagístico, contribuindo para:

- A manutenção da estabilidade microclimática,
- O conforto térmico associado à umidade do ar e à sombra.
- A melhoria da qualidade do ar.
- A redução da poluição.
- A melhoria da infiltração da água no solo, evitando erosões associadas ao escoamento superficial das águas das chuvas.
- A proteção e direcionamento do vento.
- A proteção dos corpos d'água e do solo.
- A conservação genética da flora nativa.
- O abrigo à fauna silvestre, contribuindo para o equilíbrio das cadeias alimentares, diminuindo pragas e agentes vetores de doenças.
- A formação de barreiras visuais e/ou sonoras, proporcionando privacidade.
- O cotidiano da população, funcionando como elementos referenciais marcantes.
- O embelezamento da cidade, proporcionando prazer estético e bem-estar psicológico.
- A melhoria da saúde física e mental da população.

2.5. Vale destacar, que a licitação é necessária pois o município não possui um viveiro municipal, onde se possa produzir mudas de árvores e gramas.

2.6. Sendo assim se justifica a abertura do presente procedimento licitatório, para expansão de arborização e paisagismo da cidade. Bem como, manter os serviços públicos em níveis aceitáveis ao funcionamento dos trabalhos, para o cumprimento de sua finalidade com eficiência, continuidade e economia.

3. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

3.1. Para fins de habilitação, será exigida na licitação da proponente vencedora os documentos abaixo, sob pena de inabilitação, consistentes em:

3.1.1. Para fins de habilitação jurídica:

- tratando-se de empresa individual, requerimento de empresário individual, devidamente registrado na Junta Comercial (sede da licitante); ou
- tratando-se de sociedades comerciais, ato constitutivo ou estatuto em vigor e suas

alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial (sede da licitante); ou

- c) tratando-se de sociedades por ações (S/A), ato constitutivo ou estatuto em vigor e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial (sede da licitante), acompanhado de documentos de eleição dos atuais administradores em exercício; ou
- d) tratando-se de sociedades civis, ato constitutivo ou estatuto em vigor e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas (PJ), acompanhado de prova da diretoria em exercício; ou
- e) tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira, ato de registro ou decreto de autorização para funcionamento no País, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir; ou
- f) tratando-se de microempreendedor individual (MEI), Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, ou
- g) tratando-se de sociedades cooperativas, ato constitutivo ou estatuto em vigor e última alteração subsequente, com fulcro no art. 14, da Lei Federal nº 5.764/1971, acompanhado do “modelo de gestão operacional”, conforme disposto no art. 10, § 1º, c/c art. 11, da IN nº 05/2017 (MPDG).

3.1.2. Para fins de habilitação **fiscal e trabalhista**:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF), pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto.
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual, se houver, conforme competência e personalidade jurídica da empresa, relativa ao domicílio ou sede da licitante que ora se habilita
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social (INSS), mediante Certidão Negativa de Débitos (CND), ou, Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa (CPN), relativos aos Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida conjunta pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), na forma da Lei. (Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/2014)
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante Certidão Negativa de Débitos (CND), ou, Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa (CPN), relativos aos Créditos Tributários de ICMS, expedida pelo órgão competente, relativa ao domicílio ou sede da empresa que ora se habilita, na forma da Lei.

e) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo De Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade de Situação – CRF, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei. (Lei Federal nº 8.036/1990)

f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou, Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa (CPN), expedida pelo TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO – TST (<http://www.tst.jus.br>), nos termos do Decreto-Lei nº 5.452/1943, Consolidação das Leis do Trabalho. (art. 29, inciso V, da Lei 8.666/1993)

3.1.3. Para fins de atendimento da **qualificação econômica-financeira**:

a) Certidão negativa de falência e de recuperação judicial, expedida pelo distribuidor, ou distribuidores, se for o caso, da sede da licitante, que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

a.1) Caso não houver prazo fixado, a validade será de 60 (sessenta) dias.

a.2) Serão admitidas a participação, de empresas em recuperação judicial, desde que apresentem Plano de Recuperação aprovado e homologado judicialmente.

3.1.3.a Para fins de atendimento da **qualificação Técnica**

3.1.3.a.1. Comprovação de Registro ou inscrição do responsável técnico no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia);

3.1.3.a.1.1. O responsável técnico acima mencionado, deverá ser Engenheiro Agrônomo ou Florestal, nos termos do art. 3º, inciso LXII, e subitem 10.1, da Instrução Normativa MAPA n. 24/2005;

3.1.3.a.1.2. O (s) responsável (is) técnico (s) acima elencado (s) deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura desde que acompanhada de Declaração de Anuência do profissional, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

3.1.3.a.2. Certificado e/ou comprovante de Registro Nacional de Sementes e Mudas – RENASEM da licitante e de seu responsável técnico, nos termos dos art. 7º e 8º, caput e §1º, inciso, I, exceto para os itens HIDROGEL e TUTOR DE MADEIRA.



3.1.3.a.3. Inscrição da empresa no CTF/APP – IBAMA, nos termos do art. 10, inciso III da Instrução Normativa n. 6/2013 do IBAMA, exceto para os itens HIDROGEL e TUTOR DE MADEIRA.

3.1.4. Para fins de atendimento **das declarações**:

3.1.4.1. Declaração expressa da licitante, devidamente assinada pelo responsável que:

(1) Conhece, aceita e se submete a todas às condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como, às disposições técnicas e oficiais, tendo recebido todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral e pleno das obrigações assumidas, relativas à licitação, ressalvando-se o direito recursal.

(2) Se compromete, formalmente, para satisfazer a execução do objeto licitado, de acordo com os prazos, planejamentos e especificações que fazem parte integrante e complementar do Edital, pelo preço e condições constantes da proposta ofertada, assim como assegurar à Administração o fiel cumprimento das obrigações a serem assumidas, caso venha a ser vencedora no presente certame, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, caso fortuito ou força maior, sujeitando-se às penalidades cabíveis, na forma da Lei.

(3) Está ciente das condições da licitação, que responderá pela veracidade e autenticidade das informações constantes da documentação e proposta oferecida ao certame, e que, se necessário, a qualquer tempo, fornecerá informações e documentações complementares, sempre que solicitadas pelo Pregoeiro e/ou pela Administração.

(4) Declara, para os devidos fins que, nos termos do inciso VII, artigo 4º da Lei Federal 10.520/2002, cumprirá plenamente os requisitos da habilitação exigidos no Edital de licitação, bem como manterá durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

(5) Não possui em seu quadro permanente de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou ainda, de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal de 1988, relativo à proibição do trabalho do menor. (Lei Federal nº 9.854/1999)

(6) Inexiste qualquer ato e/ou fato impeditivo, que possa comprometer sua idoneidade moral, financeira, técnica ou econômica, de participar da presente licitação, bem como, também, que:

(7) Não há, no quadro societário da empresa, entre seus sócios, proprietários, dirigentes e/ou administradores, qualquer pessoa que faça parte de empresas declaradas inidôneas, que esteja com suspensão temporária e impedida de contratar com o Município de RIBAS DO RIO PARDO-MS, nos termos do art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/1993, ou mesmo, impedida de licitar e/ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei, comprometendo-se

a declarar, a qualquer tempo, a ocorrência de fatos posteriores e supervenientes à data de realização da licitação, nos termos do art. 32, § 2º, da mesma Lei.

(8) Não há, no quadro societário da empresa, entre seus sócios, proprietários, dirigentes e/ou administradores, qualquer pessoa que pertença ao quadro de servidores da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBAS DO RIO PARDO-MS, além disso, também, que, não possui em seu quadro permanente de pessoal, por empregado, responsável técnico, subordinado e/ou subcontratado, pessoa que apresente qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física (PF) ou jurídica (PJ), e a licitante, ou que seja responsável, esteja incursa ou integre comissão de licitação, nos termos do art. 9º, da Lei nº 8.666/1993.

(9) Não há no quadro societário da empresa, proprietários, dirigentes e/ou administradores, qualquer pessoa que, considerando o cônjuge, o(a) companheiro(a) ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o 2º (segundo) grau, seja familiar de:

- (i) Agente político (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereador);
- (ii) Ordenador de Despesa ou Secretário Municipal requerente da pretensa contratação (ou da Secretaria Licitante);
- (iii) Servidor ou agente público lotado, com qualquer outro vínculo, gerência ou informação privilegiada na Secretaria Licitante;
- (iv) Servidor ou agente público lotado, com qualquer outro vínculo, gerência ou informação privilegiada na Coordenadoria de Licitação.

Adverte-se que Declaração falsa desclassificará o participante do certame e pode provocar a perseguição de responsabilidades.

3.1.4.2. Declaração expressa da licitante, devidamente assinada pelo responsável, sob as penas do art. 299 do Código Penal, de elaboração independente de proposta.

Não será admitida a contratação de licitantes inscritos no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punitas (CNEP).

4.DA EXECUÇÃO/ENTREGA, RECEBIMENTO E ACEITE

4.1. O objeto desta licitação deverá ser entregue de forma parcelada, conforme designado pela Secretaria e/ou Órgão requisitante competente, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** a contar da emissão da Autorização de Fornecimento (AF) ou Ordem de Serviço (OS), emitida por parte da CONTRATANTE, conforme cada caso, em nome da CONTRATADA.

4.2. O objeto deverá ser entregue pela contratada no perímetro urbano do município de Ribas do Rio Pardo – MS, nos endereços constantes na Autorização de Fornecimento (AF) ou Ordem de Serviço (OS), em dia e horário de expediente.



4.3. A contratada também deve manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

4.4. Os licitantes que desejarem fornecer os produtos, ora descrito neste Estudo deverão garantir e ter ciência que:

4.5. As mudas deverão atender as medidas recomendadas, com torrões definidos, folhas estruturadas, verdes e viçosas.

4.6. No ato da entrega, o objeto deverá estar isento de pragas, doenças e ervas daninhas que possam prejudicar o plantio e desenvolvimento do produto adquirido;

4.7. Os produtos a serem entregues deverão ter sido cultivadas de acordo com as normas técnicas pertinentes dos órgãos estatais/federais especializados, podendo a CONTRARTE realizar vistorias, a fim de que possa avaliar as condições em que são formadas;

4.8. Não será recebida mudas amareladas ou que apresentarem algum tipo de envelhecimento.

4.9. Os custos do transporte, descarga, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, embalagens, fretes, taxas e outras despesas de qualquer natureza que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto, não onerarão a CONTRATANTE, incluindo toda responsabilidade civil por quaisquer danos material e/ou pessoais causados pelos seus funcionários à CONTRATANTE ou terceiros decorrentes de suas atividades ou atos de seus funcionários ou prepostos.

4.10. Os produtos, deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal respectiva, delas devendo constar, o produto, o valor unitário, a quantidade entregue; o valor total, além das demais exigências legais pertinentes.

4.11. Caso o item entregue não esteja em conformidade com o solicitado, correrá por sua responsabilidade a substituição no prazo de até 02 (dois) dias a contar da data da devolução;

4.12. O objeto será recebido:

4.12.1. O recebimento dos itens se efetivará, em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei Federal n. 8.666/93 nos seguintes termos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com a especificação.

b) Definitivamente, até o prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento provisório, por servidor designado que procederá ao recebimento, verificando as especificações e as quantidades dos



produtos entregues, em conformidade com o exigido neste Termo de Referencia. Consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.13 Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

5. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. A CONTRATADA OBRIGA-SE A:

- a) Entregar o item previsto no presente documento no local indicado pela CONTRATANTE;
- b) Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade, bem como atender prontamente as suas observações e exigências e prestar os esclarecimentos solicitados;
- c) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante quanto à execução dos serviços contratados;
- d) Responsabilizar-se única e exclusivamente quanto a quaisquer ônus e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, fiscais, securitárias, previdenciárias, comerciais e de qualquer outra natureza, bem como quanto a quaisquer despesas advindas, decorrentes ou relacionadas à execução do objeto do presente instrumento;
- e) manter, durante toda a execução do contrato, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas, relativas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo, a que este se vincula; (art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/1993);
- f) responsabilizar-se por todas as despesas ordinárias, diretas e indiretas, tributos e/ou encargos incidentes, ou que venham a incidir sobre a execução do objeto, competindo inclusive àquelas decorrentes de suas atividades, de seus profissionais e de sua estrutura (física, organizacional, comportamental, logística ou tecnológica), ou ainda, qualquer dispêndio junto à órgãos de serviços públicos, entidades e/ou outras empresas de terceiros, em parceria ou não, assim entendido toda e qualquer outra que se faça necessário para a perfeita e fiel execução do contrato, como, também, o cumprimento integral das obrigações assumidas, em decorrência deste; (art. 71, da Lei nº 8.666/1993)
- g) prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE e cujas exigências se obriga a atender prontamente;

5.2. A CONTRATANTE OBRIGA-SE A:

- a) Efetuar os pagamentos devidos à contratada pelo fornecimento de acordo com as disposições do presente contrato;



- b) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- c) Acompanhar o fornecimento/execução e expedir instruções verbais ou escritas sobre a sua execução podendo impugnar os em desacordo com os licitados, os quais deverão ser substituídos correndo as despesas oriundas destes por conta da contratada; prestar à CONTRATADA, toda e qualquer informação por ela solicitada, necessárias à perfeita execução do objeto;
- d) atestar as Notas Fiscais (NF) apresentadas pela CONTRATADA, relativa à parcela do objeto contratado, conforme ajuste representado pelo empenho contábil e/ou instrumento congênere;
- e) efetuar o pagamento à CONTRATADA, nos prazos avençados, após a efetiva comprovação da despesa, e cumpridos todos os ditames administrativos referente à sua liquidação;
- f) exercer a fiscalização ou o acompanhamento dos trabalhos de execução, por intermédio de servidor designado, com autoridade para exercer em nome da CONTRATANTE, toda e qualquer ação de orientação e controle, considerando a natureza do objeto contratado;
- g) notificar à CONTRATADA, da aplicação de penalidades e/ou sanções, aplicando-as pela inexecução total ou parcial do ajuste, com observância da legislação em vigor; (art. 58, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993).

6. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, de titularidade da CONTRATADA, no prazo de até **30 (trinta) dias** após apresentação da Nota Fiscal (NF), devidamente atestada pela Secretaria e/ou Órgão requisitante competente, designada ao **FISCAL DE CONTRATO**, conforme disposições contidas nos arts. 62 e 63, da Lei nº 4.320/1964, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), assim como, também, o que dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", combinado com o art. 73, inciso II, alínea "b", da Lei nº 8.666/1993.

6.2. Para pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal (NF), emitida em nome da CONTRATANTE, na titularidade do CNPJ/MF vinculado à Secretaria, Fundo e/ou Órgão competente, conforme o ordenamento da despesa pública municipal, de acordo com a parcela de execução do objeto, contendo de forma clara e legível, no mínimo: número do contrato, nota de empenho e/ou instrumento equivalente, descrição do objeto, quantitativos e os respectivos valores, unitário e total. A Nota Fiscal (NF) deverá estar acompanhada, das seguintes certidões negativa ou positiva com efeito de negativa e prova de regularidade, para com a(s) ou o(s):

- I- Fazenda Federal e a Seguridade Social (INSS) – certidão conjunta;
- II- Fazenda Estadual;
- III- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- IV- Justiça do Trabalho (CNDT).

6.3. Antes de qualquer pagamento à CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá realizar consulta aos sítios oficiais de internet, para verificar a manutenção das condições de habilitação e qualificação da CONTRATADA, especialmente quanto à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, condição que implicará diretamente quanto à efetivação da liquidação da despesa.

6.4. Para efeito de pagamento, será observado o disposto na legislação vigente aplicável, quanto às retenções tributárias, recolhimento e/ou fiscalização dos respectivos encargos e obrigações instituídas por Lei, em especial, relativos ao ICMS.

6.5. Sempre que for o caso, serão exigidas Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), em atendimento ao Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009, com alterações posteriores, regulamentado pelo CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA – CONFAZ, que estabelece sua obrigatoriedade para pagamentos a partir de 1º de abril de 2011.

6.6. Havendo erros e/ou incorreções na apresentação da Nota Fiscal (NF), ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida à CONTRATADA, para as correções necessárias, não respondendo a CONTRATANTE, por quaisquer encargos resultantes de atraso na liquidação do respectivo pagamento. Nesta hipótese, o prazo para pagamento, iniciar-se-á, após a comprovação da regularidade por parte da CONTRATADA, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

6.7. Constatando-se qualquer irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, para que no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação, ou ainda, no mesmo prazo, apresente sua defesa, podendo ser prorrogado em uma única vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE, a qual deverá adotar as medidas necessárias, assegurado o contraditório e a ampla defesa, na forma da Lei.

6.8. Havendo a efetiva execução, relativa ao objeto do contrato, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, nota de empenho e/ou instrumento equivalente, caso a CONTRATADA, em inadimplência, não regularize sua situação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666/1993.

6.9. A CONTRATANTE não se responsabilizará, por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido objeto de contrato, ou ainda, que por qualquer outro motivo, não esteja estabelecido sob as condições contratuais.

6.10. Não caberá, pagamento e/ou reembolso antecipado, por parte da CONTRATANTE à CONTRATADA, ressalvado por condições devidamente justificadas pela Administração, e condicionadas às excepcionalidades previstas na Lei. (Acórdãos TCU nº 134/1995, 059/1999, 3614/2013 e 1565/2015 – Ambos do Plenário)

7. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



7.1. Pelo descumprimento das obrigações assumidas, caracterizado pela recusa da fornecedora em manter a proposta, assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente fora do prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos, ficará a fornecedora, sujeito às seguintes penalidades a juízo do órgão do município no que lhe couber:

- I - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor constante da nota de empenho e/ou contrato;
- II - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos.

7.2. As sanções previstas nos incisos anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente.

7.3. Por atraso injustificado na execução:

- I - Multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso até o quinto dia;
- II - Cancelamento do empenho.
- III - Rescisão unilateral do contrato após o quinto dia de atraso.

7.4. Por inexecução total ou execução irregular do contrato:

- I - Advertência, por escrito, nas faltas leves;
- II - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade não executada;
- III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos;
- IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.4.1. A penalidade de multa, estabelecida no inciso II, poderá ser aplicada juntamente com as sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem acima, sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos art. 77 a 80 da Lei n. 8.666/93.

7.5. Apresentação de documentação falsa, não manutenção da proposta e cometimento de fraude fiscal, acarretará sem prejuízo das demais cominações legais:

- I - Suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração de até 05 (cinco) anos e descredenciamento do Certificado de Registro Cadastral do Município.

7.6 A empresa que não recolher as multas tratadas nos incisos anteriores no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração, enquanto não adimplida a obrigação.



7.7. Fica garantido à fornecedora o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação do ato.

7.8. As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente, mediante aplicação do princípio da proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovadas, desde que requeridas por escrito e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que for notificada da pretensão da Administração da aplicação da pena.

7.9. As penalidades aplicadas serão, obrigatoriamente, anotadas no Certificado de Registro Cadastral do Município.

7.10. A penalidade estabelecida no inciso III do subitem 7.4 será de competência exclusiva da autoridade máxima, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no subitem 7.7, podendo a reabilitação ser concedida mediante resarcimento dos prejuízos causados e depois de decorridos o prazo de sanção mínima de 02 (dois) anos.

7.11. Aplicar-se-á advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação.

7.12. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município;

8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação, ocorrerão à conta dos recursos consignados, no orçamento geral do órgão contratante, aportadas para o exercício financeiro do ano corrente, ou no futuro, à dotação que a substituir, em razão de alterações do orçamento contábil, ou necessidade da administração, constantes do respectivo contrato, nota de empenho e/ou instrumento equivalente.

8.2. As despesas da presente licitação poderão utilizar as seguintes dotações:

Órgão	021 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Unidade	021202 FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Funcional	18.541.0008.2060.0000 – Sustentabilidade Ambiental
Catec. Econ.	3.3.90.30.99 – Outros Materiais de Consumo
Ficha	461
Fonte de Recurso	1-00

9. DA MODALIDADE, JULGAMENTO E VIGÊNCIA DA LICITAÇÃO

9.1. A contratação ora pretendida deverá ser realizada mediante a deflagração de licitação pela modalidade de Pregão Presencial pelo **Sistema de Registro de Preços**. Mencionamos que o gestor e sua equipe se deparam com a real complexidade da gestão pública e suas limitações, precisando desvendar a máquina estatal para colocar em prática os planos de governo. E nessa

seara encontra-se a adesão ao pregão eletrônico, que demanda tempo para que seja preparada a sua adesão ao sistema que melhor se encaixará aos anseios do município, assim como o treinamento de toda uma gama de servidores que farão a operacionalização desse sistema, que não deixa de ser uma incógnita para muitos que trabalham no setor público. Também não pode ser esquecida a orientação e conscientização do mercado local, que até então está acostumado a participar de certames presenciais e agora terão que se adaptar à nova realidade do pregão eletrônico. Todas essas imposições exigem certo período para que sejam adaptadas e ocorram da melhor maneira possível. O que significa que serão implantadas no município, dentro do tempo necessário, estando em processo de implantação.

9.2. As propostas deverão ser julgadas com o critério de **menor preço por item**.

9.3. A referida contratação terá vigência **12 (doze) meses**, formalizado por intermédio de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP).

10. FISCAL DE CONTRATO

10.1. A execução do objeto do contrato oriundo desta licitação será acompanhada e fiscalizada pela Prefeitura Municipal de Ribas do Rio Pardo - MS, através de(a) servidor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, designado(a) para este fim denominado(a) de fiscal do contrato, a quem competirá, entre outras atribuições:

10.1.1. Solicitar à empresa e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução do(s) contrato(s) e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências.

10.1.2. Verificar a conformidade da execução das entregas com as normas especificadas na legislação e neste instrumento.

10.1.3. Ordenar à empresa a correção ou refazimento das entregas ou partes delas executadas com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações constantes da licitação ou da legislação aplicável.

10.1.4. Juntar os documentos necessários, relatórios das ocorrências (falhas) e demais informações relevantes observadas na execução do contrato para envio ao conhecimento da autoridade superior e providências das medidas a serem adotadas, inclusive, instauração de procedimento administrativo e aplicação das sanções cabíveis.

Ribas do Rio Pardo - MS, 19 de janeiro de 2023.



FLS. _____

PROC. _____

RUB. _____

Vinícius Massaranduba
Servidor da Secretaria de
Desenvolvimento Econômico

Rodrigo Carlos
Servidor da Secretaria de
Desenvolvimento Econômico

Adriana Siqueira Lins
Servidora do Departamento de
ETP

Aprovado por:

LUCIEN ROBERTO G. DE REZENDE
Secretário de Desenvolvimento Econômico